

FUNÇÃO

- Professor Catedrático da Universidade Católica Portuguesa

CONTACTOS

Tel. +351 217 214 170 | Fax +351 217 214 177

Palma de Cima, 1649-023 Lisboa – Portugal

palbu@fd.lisboa.ucp.pt

www.fd.lisboa.ucp.pt

ÁREAS DE INTERESSE

Direito Penal, Direito Processual Penal, Direito da Execução das Penas, Direito Penitenciário/Direito Prisional, Organização Judiciária, Direito Disciplinar, Direito das Contraordenações, Direito Internacional Criminal, Direito Internacional Público, Direito Internacional dos Direitos do Homem, Direitos Fundamentais, Introdução ao Estudo do Direito, Filosofia do Direito.

LÍNGUAS

- Alemão (Fala, Escrita e Leitura): obtenção do *Zeugnis Zentrale Mittelstufenprüfung* (SEHR GUT) do GOETHE – INSTITUT (Düsseldorf), Agosto 1990; *Zertifikat Deutsch als Fremdsprache* do GOETHE – INSTITUT (Lisboa), Março 1989; *Internationalen Sprachkursdiplom: Die Bundesrepublik Deutschland, Sprache, Literatur, Gesellschaft und Politik der Gegenwart* da UNIVERSIDADE DE OSNABRÜCK, Agosto de 1989.
- Francês (Fala, Escrita e Leitura): obtenção do *Diplôme de Langue Française* (MENTION TRÈS HONORABLE) da ALLIANCE FRANÇAISE, Junho 1984.

- Inglês (Fala, Escrita e Leitura): obtenção do *First Certificate in English* (GRADE A) da UNIVERSITY OF CAMBRIDGE, Junho 1984.

PERCURSO ACADÉMICO

- Setembro de 1989 | Licenciatura em Direito | Universidade de Lisboa | Faculdade de Direito | média final de 16 valores.
- Fevereiro de 1994 | Mestrado em Direito na área de Ciências jurídico-criminais | Universidade Católica Portuguesa | Faculdade de Direito | tema de dissertação: Introdução à Actual Discussão sobre o Problema da Culpa em Direito Penal | orientador: Professor Doutor MANUEL CAVALEIRO DE FERREIRA/arguente: Professor Doutor GERMANO MARQUES DA SILVA | nota final de 17 valores.
- Maio de 2003 | Doutoramento em Direito na área de Ciências jurídico-criminais | Universidade Católica Portuguesa | Faculdade de Direito | tema de dissertação: O Duplo Grau de Jurisdição no Processo Penal Português, Os Fundamentos do Novo Paradigma Judiciário | orientador: Professor Doutor JORGE DE FIGUEIREDO DIAS/arguentes: Professor Doutor JOSÉ FRANCISCO DE FARIA COSTA e Professor Doutor GERMANO MARQUES DA SILVA | nota final de 17 valores.
- Junho de 2008 | Concurso para Professor Associado | Universidade Católica Portuguesa | Faculdade de Direito | Relatório sobre o programa, os conteúdos e os métodos de ensino da disciplina de “Direito Prisional” | aprovado.
- Fevereiro de 2011 | Agregação em direito, no ramo de Ciências jurídico-penais | Universidade Católica Portuguesa | Faculdade de Direito | Apreciação do currículo científico pelo Professor Doutor JORGE DE FIGUEIREDO DIAS e pelo Professor Doutor GERMANO MARQUES DA SILVA | Relatório sobre o Programa, os Conteúdos e os Métodos do Ensino Teórico e Prático da Disciplina de “Processo Contra-ordenacional” | Apreciação do relatório pelo Professor Doutor JOSÉ FRANCISCO DE FARIA COSTA | Lição de síntese: Sobre os sujeitos processuais no Código de Processo Penal | Apreciação da lição pelo Professor Doutor MANUEL DA COSTA ANDRADE | concessão do título por unanimidade.

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL ACADÉMICA

EM PORTUGAL

- PROFESSOR CATEDRÁTICO da Escola de direito da Universidade Católica Portuguesa – Junho de 2015 ao presente.
- PROFESSOR ASSOCIADO COM AGREGAÇÃO da Escola de Direito de Lisboa da Universidade Católica Portuguesa – Fevereiro de 2011 a Junho de 2015.
- PROFESSOR ASSOCIADO da Escola de Direito de Lisboa da Universidade Católica Portuguesa – Junho 2008 a Fevereiro de 2011.
- PROFESSOR AUXILIAR da Escola de Direito de Lisboa da Universidade Católica Portuguesa – Setembro de 2004 a Junho de 2008.
- PROFESSOR CONVIDADO da Escola de Direito de Lisboa da Universidade Católica Portuguesa – Setembro de 2003 a Agosto de 2004. (actividade prestada a título não remunerado).
- ORGANIZADOR, COORDENADOR CIENTÍFICO e PALESTRANTE no Curso de pós-graduação em Estudos Penitenciários (82 horas), Faculdade Direito, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, Outubro de 2004 – Janeiro de 2005. (actividade prestada a título não remunerado).
- Ensino de cadeiras e seminários de Direito Penal, Direito Processual Penal, Recursos Penais, Direito Penitenciário/Direito Prisional, Direito de Execução das Penas, Organização Judiciária, Direitos Fundamentais, Direito Internacional Público e Introdução ao Estudo do Direito, em diversas instituições da Universidade Católica (a Faculdade de Direito, o Instituto de Estudos Políticas e a Faculdade de Ciências Humanas), na Universidade de Coimbra (Faculdade de Direito), na Universidade Nova de Lisboa (Faculdade de Direito), na Universidade de Lisboa (Faculdade de Direito), na Universidade Autónoma (Lisboa), no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (Lisboa) e no Instituto de Estudos Superiores Militares (Lisboa), nos termos seguintes:
- LECIONAÇÃO NAS LICENCIATURAS DA UCP:
 - Processo Penal (2005/2006, 2006/2007, 2007/2008, 2008/2009, 2009/2010)
 - Direito Penitenciário e de Execução de Penas (2003/2004, a título não remunerado; 2004/2005, 2005/2006, 2006/2007)
 - Direito Internacional Público (IEP, 2009/2010)
 - Direito e Empresa (Introdução ao Estudo do Direito) (FCH, 2007/2008)
 - *International Criminal Law* (curso em inglês, 2006/2007)
 - Direito Internacional Criminal (2005/2006)
 - Terrorismo e Segurança Interna (2004/2005)

- Organização Judiciária (2003/2004, a título não remunerado)
- LECIONAÇÃO NOS MESTRADOS DA UCP:
 - Recursos Penais e Execução de Penas (2007/2008, 2008/2009, 2009/2010, 2010/2011)
 - Organização judiciária (2007/2008, 2008/2009)
 - *International Criminal Law* (curso em inglês, 2007/2008)
 - Direito Internacional Criminal (2005/2006)
 - Terrorismo e Segurança Interna (2004/2005)
- LECIONAÇÃO NAS PÓS-GRADUAÇÕES DA UCP:
 - Branqueamento de Capitais (2005/2006)
 - Direito Internacional Penitenciário (2004/2005)
 - Reforma Penitenciária (2004/2005)
- LECIONAÇÃO NUMA *SUMMER ACADEMY* DA UCP:
 - *Terrorism and crimes against humanity in international law* (curso em inglês; Verão de 2007)
- PROFESSOR CONVIDADO do Instituto de Estudos Superiores Militares, Ministério da Defesa, Lisboa – Maio de 2007, Maio e Dezembro de 2008, Maio de 2009.
 - Noções de Direito Penal e Direitos do Homem
- PROFESSOR CONVIDADO da Universidade Autónoma, Lisboa – Novembro e Dezembro de 2009.
 - Direito Penal: Dilemas e Soluções (Programa Avançado)
- PROFESSOR CONVIDADO do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa – Outubro e Novembro de 2006.
 - Fundamentos penais da coação social (Noções de Filosofia do Direito)
- MONITOR da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Lisboa – 1989/1990.
 - Cadeira de Direito Penal, regida pela Professora Doutora TERESA BELEZA.

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL ACADÉMICA

NO ESTRANGEIRO

- PRESIDENTE DO JÚRI DO CONCURSO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS DO INSTITUTO RENÉ CASSIN (Júri de Língua Inglesa) – por convite do Professor Doutor SEBASTIEN TOUZÉ, da UNIVERSIDADE DE ESTRASBURGO – desde Setembro de 2014.
- PROFESSOR ADJUNTO (*Adjunct Professor*) da Faculdade de Direito da Universidade de Illinois, Urbana-Champaign, Illinois, Estados Unidos da América – Janeiro 2009 e Janeiro 2010.
 - *Course on Markets, Government, and Corruption (Spring 2010)*
 - *Course on Markets, White Collar Crime, & Regulation in Europe (Spring 2009)*
- PROFESSOR VISITANTE (*Visiting Professor*) da Faculdade de Direito da Universidade de Illinois, Urbana-Champaign, Illinois, Estados Unidos da América – Janeiro 2006 e Janeiro de 2007.
 - *Course on Terrorism, Crimes against Humanity and European Human Rights Law (Spring 2007)*
 - *Course on Transnational Criminality and European Human Rights Law (Spring 2006)*
- PROFESSOR CONVIDADO do Ministério da Justiça e da Faculdade de Direito da Universidade da Guiné-Bissau, Bissau – Junho de 2007.
 - O processo penal da Guiné-Bissau e os padrões do Direito Internacional dos Direitos do Homem (MJ)
 - O direito penal da Guiné-Bissau e os padrões do Direito Internacional dos Direitos do Homem (FD)
- PROFESSOR VISITANTE da Faculdade de Direito da Universidade Jiao Tong, Shanghai, China – Setembro 2006.
 - *Course on European Human Rights Law*

PARTICIPAÇÃO EM ASSOCIAÇÕES

- MEMBRO da AMNISTIA INTERNACIONAL-PORTUGAL (1989): MEMBRO DA DIREÇÃO DA AMNISTIA INTERNACIONAL, eleito em Assembleia Geral, para o mandato de 2008-2010 e reeleito para o mandato de 2010-2012

(interrompido o mandato em Janeiro de 2011 devido à eleição para o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem).

- MEMBRO da ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO À VÍTIMA (2007)
- MEMBRO HONORÁRIO da ACADEMIA BRASILEIRA DE DIREITOS HUMANOS (2009)
- MEMBRO da AMERICAN SOCIETY OF INTERNATIONAL LAW (2011)
- MEMBRO da INTERNATIONAL ASSOCIATION OF PENAL LAW (2011)
- MEMBRO da EUROPEAN SOCIETY OF INTERNATIONAL LAW (2011)
- MEMBRO do INTERNATIONAL INSTITUTE OF HUMAN RIGHTS RENE CASSIN (2012)
- MEMBRO da ASIAN SOCIETY OF INTERNATIONAL LAW (2015)
- MEMBRO da BELGIAN SOCIETY OF INTERNATIONAL LAW (2015)
- Member of the INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO INTERNACIONAL (2015)
- *FELLOW* da INTERNATIONAL PENAL AND PENITENTIARY FOUNDATION (2015)
- MEMBRO da ITALIAN SOCIETY OF INTERNATIONAL LAW (2015)
- MEMBRO da FRENCH SOCIETY OF INTERNATIONAL LAW (2015)
- MEMBRO da SOCIEDADE PORTUGUESA DE DIREITO INTERNACIONAL (2015)
- MEMBRO da SWISS SOCIETY OF INTERNATIONAL LAW (2015)

ORGANIZAÇÃO DE CONFERÊNCIAS

- CO-ORGANIZADOR da CONFERÊNCIA EM HOMENAGEM AO CONSELHEIRO MANUEL MAIA GONÇALVES, conjuntamente com o Vice-Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Conselheiro HENRIQUES GASPAR, a Conselheira MARIA LAURA LEONARDO, o Conselheiro SOUTO MOURA e a Procuradora-Geral-Adjunta Dra. ISABEL SÃO MARCOS. A conferência teve lugar no salão nobre do Supremo Tribunal de Justiça, no dia 23 de Setembro de 2010. Foram oradores o Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, o Procurador-Geral da República, o Conselheiro Maia Costa, a Conselheira Maria Laura

Leonardo e a Procuradora-Geral-Adjunta Isabel São Marcos, além de mim próprio. Fiz o elogio da obra do homenageado no encerramento da conferência, tendo este texto sido parcialmente publicado num jornal nacional diário.

- CO-ORGANIZADOR da CONFERÊNCIA EM HOMENAGEM AO PROFESSOR DOUTOR JORGE DE FIGUEIREDO DIAS, conjuntamente com o Dr. João Paulo Sousa, presidente da delegação da Ordem dos Advogados de Viseu. Foram conferencistas os Professores Doutores MANUEL DA COSTA ANDRADE, FERNANDA PALMA, GERMANO MARQUES DA SILVA, TERESA BELEZA, DAMIÃO DA CUNHA, MÁRIO MONTE, FERNANDO SILVA E FERNANDO TORRÃO, representando todas as faculdades de direito do País. A conferência foi presidida pelo Exc. Reitor da Universidade Católica Portuguesa e teve lugar no anfiteatro da Universidade Católica em Viseu, nos dias 29 e 30 de Janeiro de 2010. Fiz o elogio da obra do homenageado no encerramento da conferência. As actas da conferência foram publicadas.
- ORGANIZADOR DO *SIMPOSIUM* DE REFLEXÃO SOBRE A JUSTIÇA CRIMINAL, com a participação do Vice-Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Dr. HENRIQUES GASPAR, da Procuradora-Geral-Adjunta, Dra. CÂNDIDA ALMEIDA, do Bastonário da Ordem dos Advogados, Dr. ROGÉRIO ALVES, e do Director da Faculdade de Direito da Universidade Católica, Professor Doutor GERMANO MARQUES DA SILVA, por ocasião do lançamento do “Comentário do Código de Processo Penal”, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa. O *Symposium* teve lugar no dia 19 de Dezembro de 2008.
- CO-ORGANIZADOR da CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE O TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL, em parceria com a Procuradoria-Geral da República, com a participação de 16 especialistas nacionais e dois convidados internacionais, o Procurador do Tribunal Penal Internacional Dr. LUIS MORENO-OCAMPO e a Juíza do mesmo Tribunal Dra. SYLVIA STEINER. A conferência foi aberta pelo Exc. Ministro da Justiça Dr. ALBERTO COSTA e teve lugar no anfiteatro da Universidade Católica Portuguesa, em Lisboa, nos dias 24 e 25 de Março de 2006. As actas da conferência foram publicadas em volume especial da revista "Direito e Justiça" do ano de 2006.
- ORGANIZADOR das JORNADAS DE DIREITO PENITENCIÁRIO, com a participação de 16 especialistas nacionais. As Jornadas foram abertas pela Exc. Ministra da Justiça Dra. CELESTE CARDONA e encerradas pelo Dr. MÁRIO

SOARES, antigo Presidente da Republica, com uma conferência intitulada “A minha experiência prisional”. Tiveram lugar nos dias 7 e 8 de Maio de 2004.

ARGUIÇÃO DE TESES DE DOUTORAMENTO, MESTRADO E LICENCIATURA

- Junho de 2009: Tese de doutoramento apresentada na Faculdade de Direito da UNIVERSIDADE AUTÓNOMA DE LISBOA, com o título “**A busca da justa reprimenda no contexto do Estado de Direito**”, do Dr. João Batista Teixeira.
- Abril de 2010: Tese de mestrado apresentada na Faculdade de Direito da UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA, com o título “**Crime comissivo e omissivo**”, do Dr. Erli Garcia.
- Março de 2010: Tese de mestrado (científico) apresentada na Faculdade de Direito da UNIVERSIDADE DE LISBOA, com o título “**Análise crítica às intercepções/escutas telefónicas**”, do Dr. Daniel Girardi Barroso.
- Fevereiro de 2009: Tese de mestrado (científico) apresentada na Faculdade de Direito da UNIVERSIDADE DE LISBOA, sob o título “**A Constituição e a independência dos tribunais**”, do Dr. João Paulo da Cunha Rendeiro Chumbinho, sob a orientação do Professor Doutor Jorge Miranda.
- Fevereiro de 2009: Tese de mestrado apresentada na Faculdade de Direito da UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA, com o título “**Crime continuado: a problemática dos crimes sexuais**”, do Dr. Celestino Quemba.
- Janeiro de 2007: Tese de mestrado (científico) apresentada na Faculdade de Direito da UNIVERSIDADE DE LISBOA, sob o título “**Indícios suficientes: Uma chave hermenêutica do processo penal**”, da Dr. Gracinda Salles Rodrigues, sob a orientação da Professora Doutora Maria Fernanda Palma.
- Outubro de 2006: Tese de mestrado do curso *Masters on European Legal Practice* organizado conjuntamente pela UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA, a UNIVERSIDADE DE ROUEN, a UNIVERSIDADE DO HAVRE e a UNIVERSIDADE DE HANNOVER, sob o título “**Contratação electrónica**”, do Dr. Diego Rodrigo Monteiro, sob a orientação do Professor Doutor A. Carneiro da Frada.

- Outubro de 2006: Tese de mestrado do curso *Masters on European Legal Practice* organizado conjuntamente pela UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA, a UNIVERSIDADE DE ROUEN, a UNIVERSIDADE DO HAVRE e a UNIVERSIDADE DE HANNOVER, sob o título “**Corporate governance: deveres fiduciários dos administradores e estruturas organizatórias de sociedades cotadas**”, do Dr. Fernando Souza Penteado, sob a orientação do Professor Doutor A. Carneiro da Frada.
- Julho de 2006: Tese de mestrado (científico) apresentada na Faculdade de Direito da UNIVERSIDADE DE LISBOA, sob o título “**Restrição ao princípio da presunção de inocência ao controle do crime organizado: decreto de prisão preventiva por razões de ordem pública**”, do Dr. Renato Barão Varela, sob a orientação da Professora Doutora Maria Fernanda Palma.
- Março de 2006: Tese de mestrado (científico) apresentada na Faculdade de Direito da UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA, sob o título “**Eficácia e aplicabilidade da legislação no combate ao tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes. Críticas e alternativas**”, da Dra. Taciana de Souza Maciel, sob a orientação do Professor Doutor Augusto Silva Dias.
- Junho de 2005: Tese de mestrado (científico) apresentada na Faculdade de Direito da UNIVERSIDADE DE COIMBRA, sob o título “**Direito penal do ambiente: a problemática das normas penais em branco no delito ecológico de poluição**”, da Dra. Luciana Rodrigues, sob a orientação do Professor Doutor José de Faria Costa.
- Março de 2005: Tese de mestrado (científico) apresentada na Faculdade de Direito da UNIVERSIDADE DE COIMBRA, sob o título “**A responsabilidade jurídico-penal do chefe das organizações criminosas, Autoria mediata, co-autoria ou instigação?**”, do Dr. Artur Pinto de Lemos Júnior, sob a orientação do Professor Doutor Jorge de Figueiredo Dias.
- Maio de 2008: Tese de licenciatura do INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS, com o título “**Crimes cometidos por pessoal com funções policiais e o cumprimento da pena privativa da liberdade**”, da Dra. Helga da Cunha Fiúza Bento.

PARTICIPAÇÃO EM JURIS DE DOUTORAMENTO, MESTRADO E LICENCIATURA

- Janeiro de 2014: Tese de doutoramento apresentada na Faculdade de Direito da UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA, com o título “**Procedimentos Internacionais Criminais**”, pela Dra. Maria João Escudeiro (fui orientador).
- Julho de 2012: Tese de doutoramento apresentada na Faculdade de Direito da UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA, com o título “**Do Ministério Público e da Polícia. Prevenção Criminal e Acção Penal como Execução de uma Política Criminal do Ser Humano**”, pelo Dr. Manuel Guedes Valente.
- Fevereiro de 2011: Tese de doutoramento apresentada na Faculdade de Direito da UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA, com o título “**Intervenções corporais : o processo penal e as novas tecnologias : uma análise Luso-Brasileira**”, pelo Dr. André Luiz Nicolitt.
- Janeiro de 2011: Tese de doutoramento apresentada na Faculdade de Direito da UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA, com o título “**Reserva de Juiz nas Medidas de Investigação Restritivas de Direitos Fundamentais no Inquérito Criminal**”, pela Dra. Maria de Fátima Mata-Mouros de Aragão Soares Homem.
- Novembro de 2010: Tese de doutoramento apresentada na Faculdade de Direito da UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA, com o título “**A Prova do Crime e o que se disse antes do Julgamento. Estudo sobre o contraditório e as provas pessoais no direito português a partir de uma comparação com o sistema norte-americano**”, pelo Dr. Paulo Joaquim da Mota Osório Dá Mesquita.
- Janeiro de 2010: Tese de doutoramento apresentada na Faculdade de Direito da UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA, com o título “**O regime jurídico das águas internacionais, o caso das regiões hidrográficas luso-espanholas**”, pela Dra. Amparo Sereno Rosado.
- Fevereiro de 2009: Tese de doutoramento apresentada na Faculdade de Direito da UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA, com o título “**Jurisprudência dos Princípios, Ensaio sobre os fundamentos da decisão jurisprudencial**”, pelo Dr. António Ulisses Cortês.

- Janeiro 2009: Tese de doutoramento apresentada na Faculdade de Direito da UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA, com o título “**Vida contra vida, conflitos existenciais e limites do direito penal**”, pela Dra. Maria da Conceição Ferreira da Cunha.
- Julho de 2011: Tese de mestrado apresentada na Faculdade de Direito da UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA, com o título “**Suspensão da execução da pena de prisão: o seu desígnio no crime de homicídio e nos crimes sexuais**”, da Dra. Raquel Sofia da Silva Paramés.
- Março de 2011: Tese de mestrado apresentada na Faculdade de Direito da UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA, com o título “**As escutas telefónicas na perspectiva da doutrina e jurisprudência portuguesa**”, da Dra. Joana Marta Correia Gonçalves.
- Novembro de 2010: Tese de mestrado (científico) apresentada na Faculdade de Direito da UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA, com o título “**Crimes de abuso de confiança previsto no RGIT e respectivas contraordenações**”, de Dra. Rute Alexandra Raimundo Alves.
- Outubro de 2010: Tese de mestrado apresentada na Faculdade de Direito da UNIVERSIDADE AUTÓNOMA DE LISBOA, com o título “**Perspectiva jurídica da humanização do sistema prisional integrada no tratamento penitenciário**”, pela Dra. Sílvia de Sousa Pinto (fui orientador).
- Maio de 2010: Tese de mestrado apresentada na Faculdade de Direito da UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA, com o título “**Breves considerações sobre o novo sistema de protecção de crianças e jovens em risco a actividade das comissões de protecção de crianças e jovens**”, da Dra. Cátia Cristiana Jorge Ribeiro (fui orientador).
- Maio de 2010: Tese de mestrado (científico) apresentada na Faculdade de Direito da UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA, com o título “**Os angolanos no Tarrafal (período entre 1959/1974)**”, de Antonica dos Santos Miguel.
- Março de 2010: Tese de mestrado apresentada na Faculdade de Direito da UNIVERSIDADE DE LISBOA, com o título “**A problemática das acções encobertas neutras na prevenção do branqueamento de capitais**”, do Dr. Vinicius de Melo Lima, sob orientação do Professor Doutor Paulo Sousa Mendes.

- Janeiro de 2010: tese de mestrado apresentada na Faculdade de Direito da UNIVERSIDADE DE LISBOA, com o título “**O ne bis in idem como fundamento de recusa do cumprimento do mandato de detenção europeu**”, do Dr. Luís Manuel Maia Mota Carmo.
- Janeiro de 2010: Tese de mestrado apresentada na Faculdade de Direito da UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA, com o título “**Problemas organizativos e processuais dos julgados de paz em Portugal**”, da Dra. Letícia Marques de Almeida (fui orientador).
- Dezembro de 2009: Tese de mestrado (científico) apresentada na Faculdade de Direito da UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA, com o título de “**Branqueamento de capitais**”, do Dr. Benja Satula.
- Outubro de 2009: Tese de mestrado (científico) apresentada na Faculdade de Direito da UNIVERSIDADE AUTÓNOMA DE LISBOA, sob o título “**A identificação criminal do arguido**”, do Dr. José Carlos Honório Pereira David de Oliveira (fui orientador).
- Outubro de 2009: Tese de mestrado apresentada na Faculdade de Direito da UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA, com o título de “**A prova no processo de contra-ordenações**”, da Dra. Rita Susana Peres Amaral (fui orientador).
- Outubro de 2009: Tese de mestrado apresentada na Faculdade de Direito da UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA, com o título “**O regime de punição do crime de corrupção no Código Penal**”, da Dra. Dinamene Rebelo dos Santos (fui orientador).
- Junho de 2009: Tese de mestrado apresentada na Faculdade de Direito da UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA, com o título “**O crime de incêndio no Código Penal Português**”, da Dra. Cláudia Sobral (fui orientador).
- Junho de 2009: Tese de mestrado apresentada na Faculdade de Direito da UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA, com o título “**Mediação penal: uma nova cultura judiciária**”, da Dra. Mariana Osório de Castro Mora (fui orientador).
- Junho de 2009: Tese de mestrado apresentada na Faculdade de Direito da UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA, com o título “**O princípio da imediação e o caso Joana – algumas questões jurisprudenciais**”, do Dr. Pedro Rocha Pereira (fui orientador).

- Outubro de 2006: Tese de mestrado do curso *Masters on European Legal Practice* organizado conjuntamente pela UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA, A UNIVERSIDADE DE ROUEN, A UNIVERSIDADE DO HAVRE E A UNIVERSIDADE DE HANNOVER, sob o título “**Estudos sobre justiça**”, do Dr. Felipe Accorsi, sob a orientação do Professor Doutor Vasco Pereira da Silva.
- Março de 2009: Tese de licenciatura do INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS, com o título “**O posicionamento estratégico do estado na luta contra o tráfico de droga**”, do Dr. Manuel Domingos Antunes Dias (fui orientador).

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL NÃO ACADÉMICA

- JUIZ do TRIBUNAL EUROPEU DOS DIREITOS DO HOMEM – eleito pela Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, por maioria absoluta e à primeira volta, no dia 25 de Janeiro de 2011, com um mandato de nove anos – posse e início de funções em 1 de Abril de 2011.
- PRIMEIRO NOMEADO pelo “Subcomité para a nomeação de juízes” da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa na *short-list* de três candidatos para o lugar do juiz português no Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, entrevistas em Paris em Outubro de 2010 e Estrasburgo em Janeiro de 2011.
- PRIMEIRO NOMEADO pelo “Subcomité para a nomeação de juízes” da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa na *short-list* de três candidatos para o lugar do juiz português no Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, entrevista em Estrasburgo em Maio de 2004 (a Assembleia Parlamentar elegeu o segundo nomeado da lista do Subcomité em Junho de 2004).
- JUIZ DE DIREITO nos Tribunais Judiciais das comarcas de Sintra, Nelas e Lagos, Tribunal de Instrução Criminal de Lisboa, Juízos Criminais de Lisboa e Varas Criminais de Lisboa – 1992 a 2004.
- JUIZ FORMADOR na formação de juízes nos anos de 1997 a 1999.
- AUDITOR DE JUSTIÇA, IX Curso Normal de Formação Para Magistrados Judiciais, Centro de Estudos Judiciários, Tribunais Judiciais de Alijó e de Sintra – 1990 a 1992.

- PERITO DO GRECO (Grupo de Estados contra a Corrupção), nomeado pelo Conselho da Europa para participar no III ciclo de avaliação da Bélgica e da Bulgária em relação ao financiamento dos partidos e das campanhas políticas, tendo os respectivos relatórios finais de avaliação sido apresentados por mim, discutidos e finalmente aprovados ao longo de varias sessões plenárias da assembleia dos Estados Membros do GRECO, em Estrasburgo (Maio de 2009 e Maio de 2010).
- PERITO DO PROJECTO DA COMISSÃO EUROPEIA *Victims of Crimes and Mediation* (Vítimas de Crimes e Mediação), organizado pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, a Associação Escocesa de Apoio à Vítima e a Associação Holandesa de Apoio à Vítima, 2006-2008, tendo o relatório final sido publicado sob o título *Victims and Mediation*, Lisboa, APAV, 2008.
- PERITO DO PROJECTO DA COMISSÃO EUROPEIA *Crime Repression Costs in Context* (Custos da Repressão Criminal em Contexto), organizado pela Universidade de Florença, pela Fundação Giovanni Michelucci (Itália), Universidade de Bremen, a Universidade de Barcelona, a Universidade de Ankara (Turquia), a Universidade de Miskolc (Hungria), o Instituto Jurídico da Lituânia, o Centro para o Estudo da Democracia (Bulgária), o Intercollege (Chipre) e o Instituto de Ciências do Trabalho e da Empresa (Portugal), tendo o relatório final sido entregue e validado pela Comissão, 2007 a 2009.
- MEMBRO DO JÚRI para os exames de admissão para a carreira de magistrados judiciais e do Ministério Público no Centro de Estudos Judiciários, Ministério da Justiça, Lisboa, nos anos de 2005, 2006, 2007 e 2010.
- JURISCONSULTO – 2006 a 2011.
- ACTIVIDADE DE POLÍTICA LEGISLATIVA:
- AUDIÇÃO NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, Comissão Eventual para o Acompanhamento Político do Fenómeno da Corrupção e para a Análise Integrada de Soluções com Vista ao seu Combate, sobre os projectos legislativos sobre o crime de corrupção, recebimento indevido de vantagem e violação de regras urbanísticas, a pedido do Presidente da Comissão Dr. JOSÉ VERA JARDIM, Lisboa, Maio de 2010.
- ORADOR: Segurança do Estado e limitações aos direitos dos arguidos no processo penal estadual e internacional. Palestra no Colóquio Internacional “Segurança Nacional e Direitos Fundamentais”, organizado pela Assembleia da República, a Faculdade de

Direito da Universidade Nova de Lisboa e o Instituto de Direito Público, Assembleia da República, Lisboa, Maio de 2009.

- AUDIÇÃO NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, Comissão de Assuntos Constitucionais da Assembleia da República, sobre a proposta de lei sobre violência doméstica, Lisboa, Março de 2009.
- MEMBRO do Conselho da Unidade de Missão para a Reforma Penal, do Ministério da Justiça, Lisboa – Setembro 2005 a Janeiro de 2007.
- ASSESSOR, Secretaria de Estado da Administração Interna, Lisboa – 1989 e 1990.
- RELATOR DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA DA REPÚBLICA FEDERAL ALEMÃ - Preparação do relatório *Landesbericht Portugal über Rechtsmittel im Strafrecht*, Relatório de Portugal sobre recursos em direito penal (escrito em alemão), e apresentação do mesmo na Conferência internacional organizada pelo Ministério da Justiça federal, com a participação da Ministra da Justiça do governo federal, Professora Doutora Herta Däubler-Gmelin, Bona – 1999. O texto foi publicado num livro editado pelo Ministério de Justiça federal alemã.

PUBLICAÇÕES (MONOGRAFIAS)

- Comentário do Código de Processo Penal à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem, 4.^a edição actualizada, Lisboa, Universidade Católica Editora, 2011, 1600 páginas.
- Comentário do Regime Geral das Contra-Ordenações à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem, Lisboa, Universidade Católica Editora Portuguesa, 2011, 627 páginas.
- Comentário das Leis Penais Extravagantes (co-organizado por Paulo Albuquerque e José Branco), Lisboa, Universidade Católica Editora, 2011, 902 páginas. A obra, em dois volumes, reúne 112 leis e decretos em matéria penal comentados por trinta magistrados judiciais e do Ministério Público.
- Comentário do Código Penal à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem, 2.^a edição actualizada, Lisboa, Universidade Católica Editora, 2010, 1328 páginas.
- Comentário do Código de Processo Penal à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem, 3.^a edição actualizada, Lisboa, Universidade Católica Editora, 2009, 1600 páginas.

- Comentário do Código Penal à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem, Lisboa, Universidade Católica Editora, 2008, 1150 páginas.
- Comentário do Código de Processo Penal à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem, 2.^a edição actualizada, Lisboa, Universidade Católica Editora, 2008, 1600 páginas.
- Comentário do Código de Processo Penal à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem, Lisboa, UCE, 2007, 1604 páginas.
- O Tribunal Penal Internacional e a Transformação do Direito Internacional, Conferências da UCP/PGR, Direito e Justiça, volume especial de 2006 (org. João Miguel e Paulo Albuquerque), 342 páginas.
- Direito Prisional Português e Europeu, Coimbra: Coimbra Editora, 2006, 434 páginas.
- Direito Processual Penal, Projectos Legislativos, Volume II, Navarro de Paiva, Alexandre de Seabra, José de Alpoim, Coimbra: Almedina, 2006, 755 páginas.
- Direito Processual Penal, Projectos Legislativos, volume I, Mello Freire, Forjaz Sampaio, Giovanni Carmignani, Corrêa Telles, Joaquim Sant' Anna, Coimbra: Almedina, 2005, 539 páginas.
- A Reforma da Justiça Criminal em Portugal e na Europa, Coimbra: Almedina, 2003, 1176 páginas.
- Introdução à Actual Discussão sobre o Problema da Culpa em Direito Penal, Coimbra: Almedina, 1994, 118 páginas.

PUBLICAÇÕES (SEBENTAS)

- *Markets, White-collar Crime and Regulation in Europe*, publicado pelo Illinois College of Law, Illinois, USA, 2009.
- *Transnational Criminality and European Human Rights Law*, Cases and Materials, publicado pelo Illinois College of Law, Illinois, USA, 2007.
- Materiais de Direito Prisional, Sebenta da Licenciatura, Lisboa: Secção de Fotocópias da UCP, 2006.

PUBLICAÇÕES (ARTIGOS E PARTICIPAÇÕES EM MONOGRAFIAS)

- ARTIGOS EM REVISTAS E PARTICIPAÇÕES EM MONOGRAFIAS:
- A Reforma do Direito das Contra-ordenações, in Paulo Otero, Fausto de Quadros, Marcelo Rebelo de Sousa (org.), Estudos em homenagem ao Professor Doutor Jorge Miranda, volume IV, Coimbra: Coimbra Editora, 2012, pp. 735 a 755. (também publicado em *Contraordenações Laborais, Formação Inicial do Centro de Estudos Judiciários*, Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, 2013).
- Crime eleitorais, in Paulo Albuquerque e José Branco (org.) *Comentário das Leis Penais Extravagantes*, Lisboa, Universidade Católica Editora, 2011, pp.583 a 692.
- O regime de medida de segurança de internamento no Código Penal de 1982-1995, in Manuel da Costa Andrade e outros (org.), Estudos em homenagem ao Professor Doutor Jorge de Figueiredo Dias, Volume II, Coimbra: Coimbra Editora, 2010, pp. 13 a 38.
- A coação sexual e a violação no Código Penal Português, in Augusto Silva Dias e outros (org.), *Liber Amicorum* de José de Sousa Brito em comemoração do 70.º Aniversário - Estudos de Direito e Filosofia, Coimbra, Almedina, 2009, pp. 751-765.
- A adaptação à liberdade condicional, in *Boletim da Ordem dos Advogados*, n.º 59, 2009, pp. 34 e 35.
- O novo regulamento das custas processuais - crítica, in *Revista de direito público*, n.º 1, 2009, pp. 301 a 312.
- *The Standing of victims of crime under the Constitution of the Portuguese Republic and the European Convention on Human Rights*, A posição das vítimas do crime sob a Constituição a República Portuguesa e a Convenção Europeia dos Direitos do Homem (texto escrito em inglês), in *Victims and Mediation*, Lisboa, APAV, 2009, pp. 89-99.
- Os princípios estruturantes do processo penal português – que futuro?, in *Que futuro para o Direito Processual Penal? Simpósio em homenagem a Jorge de Figueiredo Dias, por ocasião dos 20 anos do Código de Processo Penal Português*, Coimbra, Coimbra Editora, 2009, pp. 419-440.
- Um poder subordinado, in *Os anos de Salazar*, n.º 16, Lisboa, Planeta DeAgostini, 2008, pp. 203-207.
- O julgamento no Estatuto de Roma, in Paulo Albuquerque e João Miguel (org.), *O Tribunal Penal Internacional e a Transformação do Direito Internacional*, *Direito e Justiça*, Número Especial, 2007, pp. 269-279.

- A reforma do inquérito e das formas alternativas do processo penal, in Crise na Justiça, Reflexões e Contributos do Processo Penal, Universidade Lusíada Editora, Lisboa, 2007, pp. 27-32.
- A responsabilidade criminal das pessoas colectivas ou equiparadas, in Revista da Ordem dos Advogados, Ano 66, Setembro 2006, pp. 627-651.
- A prisão à luz da Convenção Europeia dos Direitos do Homem, in Revista Portuguesa de Ciência Criminal, 15 (2005), pp. 369-389.
- A Criminalidade de Estrangeiros em Portugal ? Um Comentário, in Hugo Seabra e outros, A Criminalidade de Estrangeiros em Portugal, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, 2005, pp. 217-221.
- *Terrorism and penal reform: a European perspective*, Terrorismo e a reforma penal: a perspectiva europeia (texto escrito em inglês), in Europa, 16/17 (Junho 2005), pp. 243-262.
- A responsabilidade criminal e contra-ordenacional no âmbito do financiamento da campanha eleitoral para a Assembleia da República em face da nova lei do financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais (Lei n. 19/2003, de 20 de Junho), in Revista do Centro de Estudos Judiciários, 2005, pp. 31-64.
- O que é a política criminal, porque precisamos dela e como a podemos construir?, in Revista Portuguesa de Ciência Criminal, 14 (2004), pp. 435-452.
- O futuro dos estudos penitenciários, in Direito e Justiça, Volume Especial, 2004, pp. 301-330.
- A Justiça no Centro da Política ? Em torno do Projecto de Revisão Constitucional da "Ala Liberal", in Nuno Manalvo (org.), Um Caso de Luta pela Liberdade e pela Democracia ? O Projecto de Revisão Constitucional da Ala liberal, Lisboa, Instituto Francisco Sá Carneiro, 2004, pp. 11-32.
- A consagração de um novo direito securitário na reforma prisional de 1936, in *Liber Discipulorum* para Jorge de Figueiredo Dias, Coimbra, Coimbra Editora, 2003, pp. 433-481.
- Sete Teses sobre a Reforma do Processo Penal, in Armando Leandro et al., Interrogações à Justiça, Coimbra, Edições Tenacitas, 2003, pp. 411-420.
- *Landesbericht Portugal*, Relatório sobre o sistema de recursos penais em Portugal (texto escrito em língua alemã), in Monika Becker und Jörg Kinzig (Hrsg.), *Rechtsmittel im*

Strafrecht, Eine international vergleichende Untersuchung zur Rechtswirklichkeit und Effizienz von Rechtsmittel, Band 1/1, Freiburg im Breisgau, edition iuscrim, 2000, pp. 319-377.

- Crimes de Perigo Comum e contra a Segurança das Comunicações em face da Revisão do Código Penal, in CEJ, Jornadas de Direito Criminal, Revisão do Código Penal, Lisboa, CEJ, 1998, pp. 255-315.
- *Ein unausrottbare Missverständnis, Bemerkungen zum strafrechtlichen Schuldbegriff von Jakobs*, Um equívoco sem fim, Considerações sobre o conceito de culpa penal de Jakobs (texto escrito em língua alemã), in Zeitschrift für die Gesamte Strafrechtswissenschaft, N. 110, 1998, pp. 640-657.
- A Ausência do Arguido na Audiência de Julgamento em Processo Comum, Proposta de revisão do Código de Processo Penal, in Direito e Justiça, volume XI, 1997, pp. 203-242.
- Alguns Problemas sobre a Neo-Criminalização no âmbito dos Crimes de Perigo Comum e contra a Segurança das Comunicações na Reforma Penal de 1995, in Revista do Ministério Público, Cadernos 7, 1995, pp. 87-103.
- Sobre a desistência de queixa no crime de emissão de cheque sem provisão, in Direito e Justiça, volume VIII, N. 2, 1994, pp. 319-324.
- O Conceito de Perigo nos Crimes de Perigo Concreto, in Direito e Justiça, volume VI, 1992, pp. 341-364.
- O Cumprimento Defeituoso da Prestação de Trabalho, in Revista Jurídica, 15 (1991), pp. 125-151.
- ARTIGOS NA IMPRENSA:
- Colaboração semanal no Diário de Notícias, de Março de 2009 a Janeiro de 2011, dedicada a assuntos relativos ao direito penal, em especial, e à administração da justiça, em geral, neles se incluindo, entre outros, os seguintes textos:
- Prazo razoável, in Diário de Notícias, de 14 de Janeiro de 2011.
- Liberdade de imprensa, in Diário de Notícias, de 31 de Dezembro de 2010.
- Direitos Humanos, in Diário de Notícias, de 10 de Dezembro de 2010.
- Leis penais extravagantes, in Diário de Notícias, de 3 de Dezembro de 2010.
- Bastião da democracia, in Diário de Notícias, de 5 de Novembro de 2010.
- Vigilância electrónica, in Diário de Notícias, de 8 de Outubro de 2010.
- Servir a justiça, in Diário de Notícias, de 24 de Setembro de 2010.
- Novos párias, in Diário de Notícias, de 17 de Setembro de 2010.

- Um Ministério Público democrático, in Diário de Notícias, de 27 de Agosto de 2010.
- Nova justiça, in Diário de Notícias, de 20 de Agosto de 2010.
- Justiça para as vítimas, in Diário de Notícias, de 13 de Agosto de 2010.
- Justiça formalista, in Diário de Notícias, de 11 de Junho de 2010.
- Cancro da democracia, in Diário de Notícias, de 5 de Junho de 2010.
- Justo tributo, in Diário de Notícias, de 5 de Fevereiro de 2010.
- O apelo de Jescheck, in Diário de Notícias, de 23 de Outubro de 2009.
- Colaboração ocasional com outros jornais, como o Expresso e o Sol, dedicada a assuntos relativos ao direito penal, em especial, e à administração da justiça, em geral, neles se incluindo, entre outros, os seguintes textos:
 - A crise financeira e o direito penal, in O SOL, 20 Maio 2009.
 - A Presunção de Inocência e a Liberdade de Imprensa, em co-autoria com o Dr. MÁRIO SOARES, antigo Presidente da República, in EXPRESSO, de 15 Abril 2009.
 - Justiça com memória, em co-autoria com o Dr. MÁRIO SOARES, antigo Presidente da República, in EXPRESSO, de 7 de Março de 2009.
 - Para uma política criminal mais justa, em co-autoria com o Juiz Conselheiro MANUEL SIMAS SANTOS, in EXPRESSO, de 7 de Fevereiro de 2009.

INTERVENÇÕES

- Julho de 2015 – Conferência na UNIVERSIDADE DE GÖTTINGEN, organizada pelo instituto de Direito Penal Latino-Americano, do Professor Kai Ambos. A criminalidade organizada na jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem.
- Junho de 2015 – Conferência na UNIVERSIDADE DE AIX-EN-PROVENCE. *L'égalité dans la Cour européenne des droits de l'homme.*
- Maio de 2015 – Conferências nas UNIVERSIDADES DE PALERMO, FLORENÇA E MILÃO.
- Outubro de 2014 – The protection of refugees on the borders of Europe - what is the meaning of *Hirsi Jamaa and Others vs Italy?* A protecção dos refugiados nas fronteiras da Europa – qual é o significado de *Hirsi Jamaa and Others c. Italia* ?. Conferência “European Borders: Access to protection? Bridges not walls” organizada pelo

EUROPEAN COUNCIL ON REFUGEES AND EXILES e pelo ITALIAN COUNCIL FOR REFUGEES, Bruxelas, Bélgica.

- Outubro de 2014 – Os limites da justiça transicional: amnistia, perdão e prescrição de violações graves dos direitos humanos - uma perspectiva comparada do direito europeu dos direitos humanos e do direito inter-americano dos direitos humanos. Palestra individual organizada pela KONRAD ADENAUER STIFTUNG (Fundação Konrad Adenauer), para juízes conselheiros de Tribunais Supremos e Tribunais Constitucionais da América Latina em visita a Estrasburgo, Estrasburgo, França.
- Setembro de 2014 – *The challenges of the European Court of Human Rights*, Os desafios do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem. Conferência internacional *Towards a universal justice? Putting international courts and jurisdictions into perspective*, *International Law Association Regional Conference*, Faculdade de Direito, UNIVERSIDADE DE LISBOA, Lisboa.
- Junho de 2014 – *Sur l'effectivité et les défis aux mécanismes de protection des droits de l'homme*, Sobre a efectividade dos mecanismos de protecção dos direitos do homem. Conferência internacional *Colloque sur les critiques du droit international des droits de l'homme*, do *Institut international des droits de l'homme*, Faculdade de Direito, UNIVERSIDADE DE AIX-EN-PROVENCE, Aix-en-Provence, França.
- Abril de 2014 – *Human Rights and Animals*, Direitos do Homem e Animais. Conferência internacional *The Animal Turn and the Law*, Faculdade de Direito, UNIVERSIDADE DE BASILEIA, Basileia, Suíça.
- Março de 2014 - *Extra-territorial application of the European Convention for the Prevention of Torture in comparison with the European Convention on Human Rights (Intervention in the Meeting between the Committee for the Prevention of Torture and the European Court of Human Rights)*, Sobre a aplicação extraterritorial da Convenção Europeia para a Prevenção da Tortura em comparação com a Convenção Europeia dos Direitos do Homem. Palestra individual no Encontro entre o Comité para a Prevenção da Tortura e o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, COMITÉ PARA A PREVENÇÃO DA TORTURA, Estrasburgo, França.
- Fevereiro de 2014 – Palestra individual sobre as restrições ao direito de propriedade na jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, organizada pelo CENTRO DE ESTUDOS JUDICIÁRIOS, Lisboa.
- Junho de 2013 – A vida e a obra de Cavaleiro de Ferreira. Colóquio “Figuras do Judiciário (séc. XIX-XX)”, organizado pelo SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA e

pela ASSOCIAÇÃO SINDICAL DOS JUÍZES PORTUGUESES, no salão nobre do Supremo Tribunal de Justiça, Lisboa.

- Março de 2013 - “O Futuro do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem”. Palestra individual organizada pelo CENTRO DE ESTUDOS JUDICIÁRIOS, Lisboa.
- Novembro de 2012 – Os padrões de justiça processual do direito europeu dos direitos. Colóquio sobre as mais recentes alterações do Código de Processo Penal, organizado pela UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA, sob a direcção da Professora TERESA BELEZA, Lisboa.
- Março de 2012 – Sobre a reforma penal em Angola. Conferência internacional sobre a reforma penal organizada pelo MINISTÉRIO DA JUSTIÇA DA REPÚBLICA DE ANGOLA, Luanda, Angola.
- Janeiro de 2011 – Definição de prioridades de política criminal à luz da Constituição e fundamentação das prioridades e orientações legais em vigor. Conferência “A execução das leis de política criminal”, organizada pelo CENTRO DE ESTUDOS JUDICIÁRIOS, Lisboa.
- Dezembro de 2010 - O que é a jurisdição universal dos Direitos do Homem? Conferência internacional “A jurisdição Universal dos Direitos do Homem”, organizada pela Direcção Geral da Política da Justiça do Ministério da Justiça, CENTRO DE ESTUDOS JUDICIÁRIOS, Lisboa.
- Outubro de 2010 - Alterações do Código de Processo Penal de 2010 -. Conferência sobre “As Alterações do Código de Processo Penal de 2010”, organizada pelo Tribunal da Comarca Grande Lisboa-Noroeste, PALÁCIO DA JUSTIÇA DE SINTRA, Sintra.
- Setembro de 2010 - Servir a Justiça. Conferência de homenagem ao Conselheiro Maia Gonçalves, no salão nobre do SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, Lisboa.
- Julho de 2010 - Especificidades processuais dos crimes económicos e financeiros. Duas Palestras individuais proferidas no curso pós-graduado de aperfeiçoamento sobre direito penal económico e financeiro, Instituto de Direito Penal e Ciências Criminais da Faculdade de Direito, UNIVERSIDADE DE LISBOA, sob coordenação dos Professores Doutores MARIA FERNANDA PALMA, AUGUSTO SILVA DIAS e PAULO DE SOUSA MENDES, Lisboa.
- Março de 2010 - Reforma do Processo Penal. Conferência organizada pelo SINDICATO DOS MAGISTRADOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO, Lisboa.

- Janeiro de 2010 - Jorge de Figueiredo Dias, Uma vida ao serviço do direito e de Portugal. Conferência de homenagem ao Professor Doutor Jorge de Figueiredo Dias, UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA, Viseu.
- Janeiro de 2010 – Reflexão sobre a justiça em Portugal. Participação no “Dia de reflexão sobre a Justiça e o Direito em Portugal”, organizado pela FUNDAÇÃO FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS, a convite do então Presidente ANTÓNIO BARRETO, Lisboa.
- Dezembro de 2009 - A prevenção criminal, território e a qualidade da acção policial. Conferência “A prevenção criminal e a actuação policial nos limites das áreas de responsabilidade das forças de segurança, organizada pela GNR – ESCOLA PRÁTICA DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA, Queluz.
- Novembro de 2009 - As consequências do direito à liberdade no direito constitucional do Brasil e de Portugal. Conferência internacional organizada pela ACADEMIA BRASILEIRA DE DIREITOS HUMANOS, Vitória, Espírito Santo, Brasil.
- Novembro de 2009 - *Comparative approach of the core principles of the Portuguese legal order enshrined in the Portuguese Constitution, the Portuguese Penal Code, the Penal Procedural Code, the Code on Administrative Offenses and the Code of Administrative Procedure*. Palestra proferida no curso *Training of national judges in ec competition law*, Curso de Formação para Juizes Nacionais em matéria de Direito Europeu da Concorrência, organizado pelo Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal e pelo Instituto Europeu, da Faculdade de Direito da UNIVERSIDADE DE LISBOA, a convite dos Professores Doutores EDUARDO PAZ FERREIRA e LUÍS MORAIS, Lisboa.
- Outubro de 2009 - Tortura, maus tratos e trabalho forçado – novas tendências da jurisprudência sobre os artigos 3 e 4 da Convenção Europeia dos Direitos do Homem no ano de 2009. Palestra individual proferida no “Curso de Pós-graduação Justiça Europeia de Direitos do Homem - Teoria e Prática da Convenção Europeia dos Direitos do Homem - Abordagem casuística e interactiva” organizada pela Faculdade de Direito da UNIVERSIDADE DE COIMBRA, CEDIPRE e *Jus Gentium Conimbrigae*, a convite do Professor Doutor VITAL MOREIRA, Coimbra.
- Maio de 2009 - Problemas e soluções na reforma da justiça penal. Palestra individual organizada pela ORDEM DOS ADVOGADOS, Delegação de Coimbra.
- Maio de 2009 - Buscas, apreensões e dever de sigilo. Palestra proferida no Curso pós-graduado de aperfeiçoamento em direito sancionatório das autoridades reguladoras, Instituto de Direito Penal e de Ciências Criminais da Faculdade de Direito da

UNIVERSIDADE DE LISBOA, sob coordenação dos Professores Doutores MARIA FERNANDA PALMA, AUGUSTO SILVA DIAS e PAULO DE SOUSA MENDES, Lisboa.

- Março de 2009 - Problemas e soluções na reforma da justiça penal. Palestra individual organizada pela ORDEM DOS ADVOGADOS, Delegação de Viseu.
- Março de 2009 - Investigação Criminal e Processo Penal (V Módulo). Duas palestras individuais proferidas no curso de “Estudos Avançados em Direito e Segurança” da faculdade de direito da UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA e pelo Observatório de Segurança, Criminalidade Organizada e Terrorismo, Lisboa.
- Janeiro de 2009 – *Legal means of fighting against drug traffic and consumption in Portugal*, Meios legais de combate ao tráfico e consumo de droga em Portugal. Palestra individual organizada pelo INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DO TRABALHO E DA EMPRESA, Lisboa.
- Novembro de 2008 – *The judicial supervision of the prison system in Portugal*, O controlo do juiz sobre o sistema prisional em Portugal. Palestra individual organizada pela UNIVERSIDADE DE BREMEN, República Federal da Alemanha.
- Outubro de 2008 - Tortura, maus tratos e trabalho forçado – novas tendências da jurisprudência sobre os artigos 3 e 4 da Convenção Europeia dos Direitos do Homem no ano de 2008. Palestra individual proferida no “Curso de Pós-graduação Justiça Europeia de Direitos do Homem - Teoria e Prática da Convenção Europeia dos Direitos do Homem - Abordagem casuística e interactiva” organizada pela Faculdade de Direito da UNIVERSIDADE DE COIMBRA, CEDIPRE e *Jus Gentium Conimbrigae*, a convite do Professor Doutor VITAL MOREIRA, Coimbra.
- Outubro de 2008 - A justiça criminal e a proposta de lei sobre as prisões. Palestra individual organizada pela ORDEM DOS ADVOGADOS, Lisboa.
- Julho de 2008 - A polícia em face do novo sistema de justiça criminal. Palestra individual organizada pela INSTITUTO SUPERIOR DE POLÍCIA JUDICIÁRIA E CIÊNCIAS CRIMINAIS, Loures.
- Julho de 2008 – *The protection of victims in the criminal justice system*, A protecção das vítimas no sistema de justiça criminal. Conferência internacional organizada pela ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO À VÍTIMA, Lisboa.
- Maio de 2008 - A situação dos Direitos do Homem na justiça portuguesa. Palestra individual organizada pela ORDEM DOS ADVOGADOS, Delegação de Viana de Castelo.

- Maio de 2008 – *The case-law of the European Court of Human Rights on the right to freedom (article 5 of the ECHR)*, A jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem sobre o direito à liberdade (artigo 5 da CEDH). Conferência organizada pela UNIVERSIDADE DE ANKARA, Ankara, Turquia.
- Janeiro de 2008 - Os limites da responsabilidade criminal na luta contra o terrorismo. Palestra individual organizada pelo INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA, Loures.
- Dezembro de 2007 - A reforma penal - reflexões. Conferência organizada pelo ESTABELECIMENTO DE ENSINO SUPERIOR DE BELA e a ORDEM DOS ADVOGADOS, Delegação de Beja.
- Novembro de 2007 - *The criminal justice reform and the prison system in Portugal and in Europe*, A reforma da justiça criminal e os seus efeitos no sistema prisional em Portugal e na Europa. Conferência organizada pela Faculdade de Direito da UNIVERSIDADE DE BARCELONA, Barcelona, Espanha.
- Novembro de 2007 - A responsabilidade criminal das pessoas colectivas – uma crítica do novo Código Penal. Conferência “A reforma penal em debate”, organizada pela UNIVERSIDADE AUTÓNOMA DE LISBOA, Lisboa.
- Outubro de 2007 - Tortura, maus tratos e trabalho forçado – novas tendências da jurisprudência sobre os artigos 3 e 4 da Convenção Europeia dos Direitos do Homem no ano de 2007. Palestra individual proferida no “Curso de Pós-graduação Justiça Europeia de Direitos do Homem - Teoria e Prática da Convenção Europeia dos Direitos do Homem - Abordagem casuística e interactiva” organizada pela Faculdade de Direito da UNIVERSIDADE DE COIMBRA, CEDIPRE e *Jus Gentium Conimbrigae*, a convite do Professor Doutor VITAL MOREIRA, Coimbra.
- Outubro de 2007 – Noções fundamentais de direito penal, Cinco palestras individuais proferidas no Curso de Formação Inicial de Mediadores em Contexto Penal, organizado pela ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO À VÍTIMA e o EUROPEAN FORUM FOR RESTORATIVE JUSTICE, Lisboa.
- Junho de 2007 - Novas tecnologias e dilemas éticos. Conferência “Visões para a Europa: Crime, Polícia e justiça no século XXI”, organizada pelo CEPOL (*European Police College*, Hampshire, UK) e pelo INSTITUTO SUPERIOR DE POLÍCIA JUDICIÁRIA E CIÊNCIAS CRIMINAIS, Curso 2007/01, Loures.

- Maio de 2007 - Os novos desafios da lei criminal no século XXI. Conferência luso-espanhola sobre “Os novos desafios da lei criminal no século XXI”, organizada pela Faculdade de Direito da UNIVERSIDADE AUTÓNOMA DE LISBOA, Lisboa.
- Maio de 2007 - A protecção constitucional e legal da liberdade de imprensa. Conferência “Liberdade de Expressão e de Imprensa”, organizada pelo INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DO TRABALHO E DA EMPRESA, Lisboa.
- Março de 2007 - Os princípios estruturantes do processo penal português- Que futuro? Conferência luso-alemã “O 20º aniversário do Código de Processo Penal”, organizada pela Escola de Direito da UNIVERSIDADE DO MINHO, Braga.
- Fevereiro de 2007 - A vítima e a reforma penal. Seminário “Dia Europeu da Vítima de Crime - A vítima e a reforma penal”, organizado pela ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO À VÍTIMA, Lisboa.
- Novembro de 2006 - A revisão do Código de Processo Penal – convergências e divergências. Palestra individual organizada pela ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS JOVENS ADVOGADOS PORTUGUESES, Porto.
- Novembro de 2006 - Ética e Deontologia em meio prisional: Especificidades e limitações. Primeiras Jornadas Nacionais de Saúde em Meio Prisional, organizadas pelo MINISTÉRIO DA JUSTIÇA e pela SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO PORTO, Porto.
- Outubro de 2006 - O sistema judicial e os novos instrumentos e limites das acções de prevenção e repressão da criminalidade grave. Palestra individual proferida no curso de “Estudos Avançados em Direito e Segurança” organizado pela Faculdade de Direito da UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA e pelo Observatório de Segurança, Criminalidade Organizada e Terrorismo, Lisboa.
- Maio de 2006 - De novo, os mecanismos de consenso e oportunidade. Palestra de abertura da conferência “celeridade, diversão e alternativas à privação da liberdade em processo penal”, organizada pelo CENTRO DE ESTUDOS JUDICIÁRIOS, Lisboa.
- Maio de 2006 - A Responsabilidade Criminal das Pessoas Colectivas ou Equiparadas. Colóquio sobre “O Anteprojecto de Revisão do Código Penal”, organizada pela Faculdade de Direito da UNIVERSIDADE LUSÍADA, Lisboa.
- Abril de 2006 - O papel do advogado no processo penal. Palestra individual organizada pela ORDEM DOS ADVOGADOS, Delegação do Funchal.

- Abril de 2006 - A reforma do inquérito e das formas alternativas do processo penal. Conferência “Crise da Justiça”, organizada pelo Departamento de Direito da UNIVERSIDADE LUSÍADA, Porto.
- Março de 2006 - O julgamento no tribunal de primeira instância no Estatuto de Roma. Conferência “O Tribunal Penal Internacional e a Transformação do Direito Internacional”, organizada pela Faculdade de Direito da UNIVERSIDADE CATÓLICA e pela Procuradoria-Geral da República, Lisboa.
- Março de 2006 - O papel do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem na defesa dos direitos dos reclusos. Conferência organizada pela HUMANA GLOBAL, Universidade de Coimbra.
- Fevereiro de 2006 - *Justice and Home Affairs in the European Union*, “Justiça e assuntos internos na União Europeia”. Palestra individual organizada pelo *Political Science Department*, Departamento de Ciência Política, UNIVERSIDADE DE ILLINOIS, Champaign-Urbana, IL, EUA.
- Fevereiro de 2006 - *Torture and the ambit of the competence of the European court of Human Rights*, “Tortura e o âmbito da competência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem”. Palestra individual organizada pelo *Center for Global Studies*, Centro para os Estudos Globais, UNIVERSIDADE DE ILLINOIS, Champaign-Urbana, IL, EUA.
- Fevereiro de 2006 – Meios de prova e inquérito. Seminário de direito e processo penal “Temas de reforma penal”, organizado pela Escola de Direito do Porto da UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA, Porto.
- Janeiro de 2006 - *Terrorism and the European Union*, “Terrorismo e a União Europeia”. Palestra individual organizada pelo *European Union Center*, Centro da União Europeia, UNIVERSIDADE DE ILLINOIS, Champaign-Urbana, IL, EUA.
- Novembro de 2005 - Investigação Criminal. Palestra individual organizada pelo Jornal “PRIMEIRO DE JANEIRO”, Porto.
- Março de 2005 - Imigração e Política Criminal em Portugal. Conferência sobre “A Criminalidade de Estrangeiros em Portugal”, organizada pelo ALTO COMISSÁRIO PARA A IMIGRAÇÃO E AS MINORIAS ÉTNICAS, Lisboa.
- Dezembro de 2004 - *Terrorism, non-judicial detention and penal reform*, Terrorismo, detenção não judicial e reforma penal. Conferência “Direito Processual Penal: Desafios do século vinte e um”, organizada pelo CENTRO DE ESTUDOS LEGAIS E JUDICIÁRIOS DE MACAU, Macau, China.

- Novembro de 2004 - O que é a política criminal, porque precisamos dela e como a podemos construir? Conferência sobre “A reforma da justiça criminal em Portugal”, organizada pelo INSTITUTO FRANCISCO SÁ CARNEIRO, Lisboa.
- Novembro de 2004 - O futuro da prisão. Conferência “Para além da prisão”, organizada pela UNIVERSIDADE DO MINHO, Braga.
- Junho de 2004 – *Terrorism and penal reform*, Terrorismo e reforma penal. Conferência “Prisões e Política Penal: Perspectivas Internacionais”, organizada pela CITY UNIVERSITY, Islington, Londres, Inglaterra.
- Maio de 2004 - O futuro dos estudos penitenciários. Conferência “Estudos Penitenciários”, organizada pela Faculdade de Direito da UNIVERSIDADE CATÓLICA, Lisboa.
- Setembro de 2001 - *Das portugiesische Strafverfahren und die europäische Standards im 2001*, O Processo Penal Português e os Padrões Europeus em 2001 (proferida em alemão). 22.^a Conferência da ACADEMIA DE JUÍZES ALEMÃ (*Deutsche Richterakademie*), Trier, República Federal Alemã.
- Julho de 2000 - *Das portugiesische Strafverfahren und die europäische Standards im 2000*, O Processo Penal Português e os Padrões Europeus em 2000 (proferida em alemão). 21.^a Conferência da ACADEMIA DE JUÍZES ALEMÃ (*Deutsche Richterakademie*), Wustrau, República Federal Alemã.
- Setembro de 1999 - *Das portugiesische Strafverfahren und die europäische Standards im 1999*, O Processo Penal Português e os Padrões Europeus em 1999 (proferida em alemão). 20.^a Conferência da ACADEMIA DE JUÍZES ALEMÃ (*Deutsche Richterakademie*), Trier, República Federal Alemã.
- Março de 1996 - A Ausência do Arguido na Audiência de Julgamento em Processo Comum, Proposta de revisão do Código de Processo Penal. Conferência em homenagem ao Professor Doutor Cavaleiro de Ferreira, organizada pela Faculdade de Direito da UNIVERSIDADE CATÓLICA, Lisboa.
- Dezembro de 1995 - Alguns Problemas sobre a Neo-Criminalização no âmbito dos Crimes de Perigo Comum e contra a Segurança das Comunicações na Reforma Penal de 1995. Conferência luso-espanhola sobre “As Reformas Penais em Portugal e Espanha”, organizada pelo SINDICATO DOS MAGISTRADOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO, Tavira.

- Novembro de 1995 - Crimes de Perigo Comum e contra a Segurança das Comunicações em face da Revisão do Código Penal. Conferência “A Revisão do Código Penal”, organizada pelo CENTRO DE ESTUDOS JUDICIÁRIOS, Lisboa.

OUTRA INFORMAÇÃO RELEVANTE

- A minha actividade científica presente concentra-se na elaboração de opiniões em julgamentos do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, que são posteriormente objecto de análise em conferências, livros, artigos e *blogs* da especialidade. Eis uma lista das opiniões proferidas por mim, sozinho ou em co-autoria com outros Juízes:
- OPINIÕES SEPARADAS PROFERIDAS NO TRIBUNAL EUROPEU DOS DIREITOS DO HOMEM (publicadas em português, inglês, francês, alemão, italiano, romeno e turco):
 - **SOBRE O TRIBUNAL EUROPEU DOS DIREITOS DO HOMEM E OS SEUS PODERES**
 - ACÓRDÃOS DA GRANDE CÂMARA
 - CASO DO CENTRE FOR LEGAL RESOURCES EM REPRESENTAÇÃO DE VALENTIN CÂMPEANU c. ROMÉLIA (queixa no. 47848/08, acórdão de 17 Julho 2014): o “direito criado por juízes” (*judge-made law*), a força argumentativa do acórdão do Tribunal Europeu, a jurisdição como um acto de *potestas* ou como um acto de *autoritas*, o papel dos princípios legais na motivação dos acórdãos do Tribunal Europeu, o papel das ONGs como representantes de vítimas diante do Tribunal Europeu.
 - CHIPRE c. TURQUIA (Artigo 41) (queixa no. 25781/94, acórdão (indemnização) de 12 Maio 2014): o poder do Tribunal Europeu na atribuição de indemnização em casos inter-estaduais, o prazo para a dedução de pretensões indemnizatórias inter-estaduais, a natureza punitiva da indemnização sob a Convenção em geral e no caso concreto da pretensão indemnizatória cipriota, o poder do Tribunal de proclamar acórdão declarativo sobre a cessação de violações contínuadas.
 - VALLIANATOS E OUTROS c. GRÉCIA (queixas no. 29381/09 e no. 32684/09, acórdão de 7 Novembro 2013): a queixa diante do Tribunal Europeu como uma ação constitucional directa, o princípio da subsidiariedade, o controlo abstracto da “convencionalidade” de uma lei não aplicada aos requerentes, a não exaustão dos

meios constitucionais internos no quadro de um sistema de controlo difuso da constitucionalidade.

- FABRIS c. FRANÇA (Artigo 41) (queixa no. 16574/08, acórdão de 28 Junho 2013): as medidas necessárias para execução de um acórdão do Tribunal Europeu no caso de violação da Convenção através de uma lei discriminatória e de um acórdão final da *Cour de Cassation* em conformidade com esta lei.
- FABRIS c. FRANÇA (queixa no. 16574/08, acórdão de 7 Fevereiro 2013): o efeito directo, *erga omnes* e retroactivo dos acórdãos do Tribunal Europeu nas ordens jurídicas nacionais, a competência do Tribunal para controlar a execução dos seus acórdãos, os poderes implícitos do Tribunal, o equilíbrio de poderes entre o Tribunal e o Comité de Ministros. – traduzido para italiano pelo Ministero della Giustizia Italiano
- HERRMANN c. ALEMANHA (queixa no. 9300/07, acórdão de 26 Junho 2012: o efeito de precedente dos acórdãos do Tribunal Europeu, o critério do “consenso europeu” como factor de evolução da jurisprudência. – traduzido para alemão pelo Tribunal.
- ACÓRDÃOS DA CÂMARA II
- FILIZ c. TURQUIA (queixa no. 28074/08, acórdão de 4 Março 2014): o princípio da subsidiariedade, a proporcionalidade do uso da força pela polícia. – traduzido para turco pelo Turkish Ministry of Justice
- CAMEKAN c. TURQUIA (queixa no. 54241/08, acórdão de 28 Janeiro 2014): o princípio da subsidiariedade, a legítima defesa e a reconstituição dos factos. – traduzido para turco pelo Turkish Ministry of Justice
- TREVALEC c. BÉLGICA (Artigo 41) (queixa no. 30812/07, acórdão de 25 Junho 2013): a natureza preventiva e punitiva da indemnização sob a Convenção, os “danos punitivos” (*punitive damages*) fixados pelo Tribunal em relação ao Estado responsável pela violação, apesar de ressarcimento dos danos por um Estado terceiro.
- **SOBRE O DIREITO À VIDA**
- ACÓRDÃOS DA GRANDE CÂMARA
- MOCANU E OUTROS c. ROMÉLIA (queixas no. 10865/09, 45886/07 32431/08, acórdão de 17 Setembro 2014: a natureza da prescrição do procedimento e da pena em direito criminal, a obrigação internacional de punir

crimes contra a humanidade sem limite de tempo, o ataque programado de um governo contra uma parte da população numa fase de transição de um regime ditatorial para um regime democrático.

- ACÓRDÃOS DA CÂMARA II
- BLJAKAJ E OUTROS c. CROÁCIA (queixa no. 74448/12, acórdão de 18 Setembro 2014): a obrigação do Estado de proteger os juristas diante de actos de violência relacionada com o seu trabalho, como por exemplo um advogado numa ação de divórcio ameaçado e atacado pela parte contrária.
- PERINÇEK c. SUÍÇA (queixa no. 27510/08, acórdão de 17 Dezembro 2013): o genocídio do povo arménio, a negação do genocídio, a punição do negacionista diante da liberdade de expressão.
- TREVALEC c. BÉLGICA (queixa no. 30812/07, acórdão de 14 Junho 2011): a legítima defesa em direito penal, a legítima putativa e o excesso de legítima defesa.

- **SOBRE O DIREITO À INTEGRIDADE FÍSICA**

- ACÓRDÃOS DA CÂMARA II
- ÖÇALAN c. TURQUIA (No 2) (queixas nos 24069/03, 197/04, 6201/06 et 10464/07, acórdão de 18 Março de 2014): a inadmissibilidade da prisão perpétua sem liberdade condicional, os fins das penas, o regime prisional restritivo dos contactos com os familiares e os advogados.
- ERTUS c. TURQUIA (queixa no. 37871/08, acórdão de 5 Novembro 2013): a força excessiva na detenção de um menor pela polícia. – traduzido para turco pelo Turkish Ministry of Justice
- VALIULIENE c. LITUÂNIA (queixa no. 33234/07, acórdão de 26 Março 2013): a obrigação internacional de reprimir a violência doméstica, a natureza pública do procedimento criminal.
- TAUTKUS c. LITUÂNIA (queixa no. 29474/09, acórdão de 27 Novembro 2011): o dever do Estado de proteger os detidos diante de ofensas corporais causadas por outros detidos em estabelecimentos prisionais.
- PORTMANN c. SUÍÇA (queixa no. 38455/06, acórdão de 11 Outubro de 2011): a inadmissibilidade da prática do encapuçamento de detidos, a proporcionalidade do uso de meios de contenção dos detidos.

- **SOBRE O DIREITO DE ACESSO À JUSTIÇA**
- ACÓRDÃOS DA CÂMARA I
- LAGUTIN E OUTROS v. RÚSSIA (queixas nos. 6228/09, 19123/09, 19678/07, 52340/08 and 7451/09, acórdão de 24 Abril 2014): os requisitos indispensáveis da legislação sobre operações encobertas à luz das obrigações internacionais do Estado membro do Conselho da Europa.
- MATYTSINA c. RÚSSIA (queixa no. 58428/10, acórdão de 27 Março 2014): a falta de inquirição da alegada vítima em julgamento num processo penal.
- ACÓRDÃOS DA CÂMARA II
- GRANDE STEVENS E OUTROS c. ITÁLIA (queixas nos. 18640/10, 18647/10, 18663/10, 18668/10 e 18698/10, acórdão de 4 Março 2014): o processo contra-ordenacional injusto, o controlo judicial deficiente, a coima ilegal e desproporcional, o efeito de caso julgado da condenação em coima. – traduzido para italiano pelo Ministero della Giustizia Italiano
- PIOTRAS BOGDEL c. LITUÂNIA (queixa no. 41248/06, acórdão de 26 Novembro 2013): a ação de anulação de contrato administrativo com particular de boa fé, o prazo de prescrição válido para a administração distinto do prazo de prescrição válido para o particular.
- ATES MIMARLIK MUHENDISLIK A.S. c. TURQUIA (queixa no. 33275/05, acórdão de 25 Setembro 2012): a determinação da jurisdição sobre a ação de pagamento de honorários relativos a um contrato internacional de construção civil. – traduzido para turco pelo Turkish Ministry of Justice
- K.M.C. c. HUNGRIA (queixa no. 19554/11, acórdão de 10 Julho 2012): o direito a uma decisão fundamentada de cessação da relação de trabalho, a inadmissibilidade do despedimento sumário não motivado.
- A. MENARINI DIAGNOSTICS S.R.L. c. ITÁLIA (queixa no. 43509/08, acórdão de 27 Setembro 2011): o âmbito do controlo judicial das sanções pecuniárias administrativas. – traduzido para italiano pelo DUit (Diritti Umani in Italia)
- ADAMOV c. SUÍÇA (queixa no. 3052/06, acórdão de 21 Junho 2011): o âmbito objectivo e temporal da garantia do salvo-conduto no direito internacional, a conduta de má fé dos agentes do Estado.

- DOBRIC c. SÉRBIA (queixas nos. 2611/07 e 15276/07, acórdão de 21 Junho 2011): as restrições ilegítimas ao direito de acesso ao Tribunal Supremo em processo não penal.

- **SOBRE O PRINCÍPIO DA LEGALIDADE NO DIREITO PENAL**

- ACÓRDÃOS DA GRANDE CÂMARA

- MAKTOUF E DAMYANOVIC c. BÓSNIA E HERZEGOVINA (queixas nos. 2312/08 and 34179/08, acórdão de 18 Julho 2013): o princípio da legalidade em direito penal, a aplicação retroactiva da *lex mitior*, os princípios gerais de direito como fonte de direito penal, a fixação arbitrária e discriminatória da pena, a transferência arbitrária do processo, o princípio do juiz natural. – traduzido para italiano pelo Ministero della Giustizia Italiano e para romeno pelo Consiliului Superior al Magistraturii din România (Superior Council of Magistrates of Romania) e Institutului European din România (European Institute of Romania)

- ACÓRDÃO DA CÂMARA I

- MATYTSINA c. RÚSSIA (queixa no. 58428/10, acórdão de 27 Março 2014): a aplicação deficiente de norma penal em branco, a admissibilidade da desistência da prescrição do procedimento criminal.

- ACÓRDÃOS DA CÂMARA II

- LIUIZA c. LITUÂNIA (queixa no. 13472/06, acórdão de 31 Julho 2012): o princípio da legalidade das medidas de segurança, o princípio *nulla poena sine lege stricta* no âmbito das medidas de segurança, a aplicação retroactiva de medida mais gravosa.
- HIDIR DURMAZ c. TURQUIA (N. 2) (queixa no. 26291/05, acórdão de 24 Abril 2012): o princípio da legalidade das penas, a aplicação da lei penal no tempo.

- **SOBRE O DIREITO À FAMÍLIA**

- ACÓRDÃOS DA GRANDE CÂMARA

- X. c. LETÓNIA (no. 27853/09, acórdão de 26 Novembro 2013): a articulação entre a Convenção Europeia dos Direitos do Homem e a Convenção de Haia sobre o rapto infantil internacional, o “direito de custódia imperfeito” do alegado pai biológico não registado como tal.

- KONSTANTIN MARKIN c. RÚSSIA (queixa no. 30078/06, acórdão de 22 Março 2012): o direito à licença parental de um soldado, a discriminação entre homens e mulheres e entre soldados e civis, o âmbito da protecção de direitos sociais pela Convenção Europeia dos Direitos do Homem.
- ACÓRDÃO DA CÂMARA I
- MARINIS c. GRÉCIA (queixa no. 3004/10, acórdão de 9 de Outubro de 2014): a presunção de paternidade do marido da mãe, o princípio da prevalência da verdade biológica nas ações de paternidade e maternidade.
- ACÓRDÃOS DA CÂMARA II
- PONTES c. PORTUGAL (queixa no. 19554/09, acórdão de 10 Abril 2012): a perda do poder paternal de pais consumidores de drogas. – traduzido para português pelo GDDC da PGR
- ASSUNÇÃO CHAVES c. PORTUGAL (queixa no. 61226/08, acórdão de 31 Janeiro 2012): a perda do poder paternal de pais negligentes. – traduzido para português pelo GDDC da PGR
- IYILIK c. TURQUIA (queixa no. 2899/05, acórdão de 6 Dezembro 2011): a presunção de paternidade do marido da mãe. – traduzido para turco pelo Turkish Ministry of Justice

- **SOBRE O DIREITO À PRIVACIDADE**

- ACÓRDÃO DA GRANDE CÂMARA
- SODERMAN c. SUÉCIA (queixa no. 5786/08, acórdão de 12 Novembro de 2013): a obrigação internacional de incriminação da pornografia infantil, a interpretação actualista do direito penal conforme com as obrigações internacionais do Estado, a indemnização fundada directamente na violação da Convenção, mesmo na ausência de norma nacional.
- ACÓRDÃOS DA CÂMARA II
- VARAPNICKAITTE-MAZYLIENE c. LITUÂNIA (queixa no. 20376/05, acórdão de 17 Janeiro 2012): a revelação pública sem qualquer justificação de dados médicos pessoais.

- **A LIBERDADE DE CONSCIÊNCIA**

- ACÓRDÃO DA GRANDE CÂMARA

- HERRMANN c. ALEMANHA (queixa no. 9300/07, acórdão de 26 Junho 2012): a objecção de consciência no âmbito dos direitos humanos, a protecção internacional dos alegados “direitos” dos animais, as restrições legais ao direito da propriedade contrárias à consciência do proprietário. – traduzido para alemão pelo Tribunal Europeu.
- **SOBRE A LIBERDADE RELIGIOSA**
- KRUPKO E OUTROS c. RÚSSIA (queixa no. 26587/07, acórdão de 26 Junho 2014): a dispersão de uma reunião religiosa realizada dentro de portas.
- **SOBRE A LIBERDADE DE EXPRESSÃO**
- ACÓRDÃO DA GRANDE CÂMARA
- MOUVEMENT RAE LIEN SUISSE c. SUÍÇA (queixa no. 16354/06, acórdão de 13 Julho 2012): a liberdade de expressão de uma minoria no espaço público, a liberdade de comunicação através das novas tecnologias.
- ACÓRDÃOS DA CÂMARA I
- TARANENKO c. RÚSSIA (queixa no. 19554/05, acórdão de 15 Maio 2014): a liberdade de expressão e conduta expressiva dentro de um edifício público, invadido pelos manifestantes.
- ACÓRDÃOS DA CÂMARA II
- DI GIOVANNI c. ITÁLIA (queixa no. 51160/06, acórdão de 9 Julho 2013): a liberdade de expressão de uma juíza sobre questão de interesse público, os vícios do processo disciplinar contra uma juíza. – traduzido para italiano pelo Ministero della Giustizia Italiano
- YILDIRIM c. TURQUIA (queixa no. 3111/10, acórdão de 18 Dezembro 2012): o bloqueamento colateral de um sítio na internet resultante da tomada de uma medida geral e irrestrita pelo governo contra a Google sites. – traduzido para turco pelo Turkish Ministry of Justice
- DRAKSAS c. LITUÂNIA (queixa no. 36662/04, acórdão de 31 Julho 2012): a revelação pública do conteúdo de escutas telefónicas relativas ao exercício ilegal de funções públicas, o interesse público no escrutínio da vida política.

- FABER c. HUNGRIA (queixa no. 40721/08, acórdão de 24 Julho 2012): a proibição de uso de uma bandeira com significado político em manifestação pública.

- **SOBRE A LIBERDADE DE MANIFESTAÇÃO**

- ACÓRDÃOS DA CÂMARA I
- PRIMOV E OUTROS c. RÚSSIA (queixa no. 17391/06, acórdão de 12 Junho 2014): o bloqueamento pela polícia do acesso ao lugar da manifestação, a dispersão violenta da manifestação pela polícia, a detenção injustificada e prolongada dos manifestantes.
- ACÓRDÃOS DA CÂMARA II
- KUDREVICIUS E OUTROS c. LITUÂNIA (queixa no. 37553/05, acórdão de 26 Novembro de 2013): o bloqueamento de três autoestradas durante dois dias por agricultores em ação de protesto público contra a política agrícola do governo, a condenação criminal dos dirigentes do protesto.

- **SOBRE A LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO**

- ACÓRDÃOS DA CÂMARA II
- VONA c. HUNGRIA (queixa no. 35943/10, acórdão de 9 Julho 2013): a admissibilidade da dissolução de uma associação com ideologia, símbolos identificadores e práticas racistas.
- ASSOCIATION RHINO E OUTROS c. SUÍÇA (queixa no. 48848/07, acórdão de 11 Outubro 2011): a inadmissibilidade da dissolução de uma associação de “ocupantes de casas”, *squatters*, a verificação da existência de medidas alternativas à dissolução, a redução do acto de constituição da associação.

- **SOBRE OS DIREITOS DOS REFUGIADOS, MIGRANTES E ESTRANGEIROS**

- ACÓRDÃOS DA GRANDE CÂMARA
- DE SOUZA RIBEIRO c. FRANÇA (queixa no. 22689/07, acórdão de 13 Dezembro 2012): a expulsão de cidadão estrangeiro migrante não documentado.
- HIRSI JAMAA E OUTROS c. ITÁLIA (queixa no. 27765/09, acórdão de 23 Fevereiro 2012): a proibição da ação policial de *refoulement* colectivo de refugiados

africanos no alto mar, sem avaliação da situação individual de cada requerente de asilo.

- ACÓRDÃOS DA CÂMARA II
- VASQUEZ c. SUÍÇA (queixa no. 1785/08, acórdão de 26 Novembro de 2013): a expulsão administrativa de estrangeiro condenado por crime de natureza sexual, apesar de tribunal criminal ter suspenso a medida de expulsão, a inadmissibilidade da presunção de “perigo actual” para a segurança pública com base em duas decisões de arquivamento por crime de natureza sexual.
- KISSIWA KOFFI c. SUÍÇA (queixa no. 38005/07, acórdão de 15 Novembro 2012): a inadmissibilidade da expulsão de cidadão estrangeiro condenado pelo crime de tráfico de droga.
- SHALA c. SUÍÇA (queixa no. 52873/09, acórdão de 15 Novembro 2012): a inadmissibilidade da expulsão de cidadão estrangeiro condenado por vários crimes de pequena gravidade.
- YOH-EKALE MWANJE c. BÉLGICA (queixa no. 10486/10, acórdão de 20 Dezembro 2011): a inadmissibilidade da expulsão de estrangeiros gravemente doentes e sem possibilidade de tratamento no país de destino.

- **SOBRE A PROIBIÇÃO DE DISCRIMINAÇÃO**

- ACÓRDÃOS DA GRANDE CÂMARA
- FABRIS c. FRANÇA (queixa no. 16574/08, acórdão de 7 Fevereiro 2013): a inadmissibilidade da discriminação no direito sucessório entre filhos nascidos dentro e fora do casamento.
- HERRMANN c. ALEMANHA (queixa no. 9300/07, acórdão de 26 Junho 2012): a inadmissibilidade da discriminação entre grandes e pequenos proprietários florestais para efeitos da obrigação de tolerar caça por terceiros nos respectivos terrenos. – traduzido para alemão pelo Tribunal Europeu.
- ACÓRDÃOS DA CÂMARA II
- ALTINAY c. TURQUIA (queixa no. 37222/04, acórdão de 9 Julho 2013): o direito à educação profissional, a inadmissibilidade da discriminação dos alunos do ensino profissionalizante no acesso à universidade. – traduzido para turco pelo Turkish Ministry of Justice

- RAVIV c. ÁUSTRIA (queixa no. 26266/05, acórdão de 13 Março 2012): a inadmissibilidade da discriminação negativa no sistema de pensões sociais prestadas a um sobrevivente do Holocausto.
- **SOBRE O DIREITO À EDUCAÇÃO**
- ACÓRDÃOS DA CÂMARA II
- TARANTINO E OUTROS c. ITÁLIA (queixas nos. 25851/09, 29284/09 e 64090/09, acórdão de 2 Abril 2013): o direito à educação universitária, as quatro liberdades básicas da autonomia universitária, a inadmissibilidade do *numerus clausus* como restrição imposta pelo Estado às universidades privadas. – traduzido para italiano pelo Ministero della Giustizia Italiano
- ALTINAY c. TURQUIA (queixa no. 37222/04, acórdão de 9 Julho 2013): o direito à educação profissional, a inadmissibilidade da discriminação dos alunos do ensino profissionalizante no acesso à universidade. – traduzido para turco pelo Turkish Ministry of Justice

FILIAÇÃO

Tomaz de Albuquerque e Armandina Neves Pinto de Albuquerque

ESTADO CIVIL

Casado (1992), com três filhos

NACIONALIDADE

Portuguesa